

SEMINÁRIO DE PESQUISA 15 - NOVOS DESAFIOS E VELHOS PROBLEMAS: QUEDA DOS PREÇOS DOS PRODUTOS PRIMÁRIOS, AVANÇO DA CHINA E ENFRAQUECIMENTO DAS FORÇAS DE CENTRO-ESQUERDA

Coordenação: Carlos Eduardo Carvalho (PUC/SP e Unesp/Unicamp/PUCSP), Carolina Silva Pedroso (Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação e Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp/Unicamp/PUCSP) e José Alex Rego Soares (UEMG).

Resumo: A América Latina vive um novo processo econômico e político. A queda dos preços dos produtos primários desafia as políticas de crescimento apoiadas no consumo doméstico, ancorado na distribuição das rendas geradas pela exportação de *commodities*, com forte impacto sobre as finanças públicas e sobre a capacidade de reação da política fiscal. O antigo problema de como reagir à queda cíclica dos preços de exportação está de volta, depois de uma longa bonança de preços e de liquidez nos mercados internacionais, na qual os governos de centro-esquerda apostaram em estratégias de desenvolvimento exportador com distribuição de renda, como em outros momentos da história da região. Desta vez há novos problemas, porém: o perfil demográfico mudou, a urbanização avançou muito, as demandas sociais estão no centro do debate político depois de muitos anos de hegemonia de governos de centro-esquerda e de governos de centro-direita também levados a adotar políticas de distribuição de renda e de atendimento de demandas seculares. Ao contrário de outros momentos, contudo, desta vez não há crises cambiais agudas, devido em grande parte à presença da China e à política monetária expansionista nos países centrais. A calma cambial permitiu mudanças de governo “suaves”, como na Argentina, e também a sustentação de governos às voltas com crises longas, como na Venezuela. Ao mesmo tempo, a ascensão da China agrava os problemas de desindustrialização em países como o Brasil, enquanto o México se vê enredado na armadilha do crescimento lento com tensões sociais, a exemplo de outros países com base econômica bem menos diversificada. Nos processos de integração regional, crescem as interrogações, diante de iniciativas como o Acordo de Associação Transpacífico, que recoloca os Estados Unidos como um ator relevante na região, *vis-à-vis* a presença chinesa, além de uma possível convergência entre Mercosul e Aliança do Pacífico. As mudanças colocam desafios consideráveis para as forças políticas no governo, e não só as de centro-esquerda, e

também para os movimentos e coalizões que se propõem a definir novas estratégias para enfrentar os problemas crescentes. O seminário espera reunir trabalhos que abordem questões de atualidade sobre economia e política, da região em geral, de grupos de países e de países específicos: balanços de experiências de política econômica de governos de centro-esquerda ou de centro-direita, análise de forças políticas em ascensão e de suas propostas, da inserção internacional da região, relações com a China e com os países centrais.

TEMAS SUGERIDOS

Os temas listados a seguir são apenas indicações de questões de interesse para o seminário, tanto em abordagens em nível da região quando na análise de casos específicos. Outros temas são bem-vindos, dentro do objetivo de discutir questões de atualidade de economia e de política econômica.

1. Impacto da queda de preços dos produtos primários
2. Natureza e efeitos do crescente protagonismo da China
3. Balanço dos governos de centro-esquerda
4. Novas coalizões, novas políticas, novos governos
5. Desafios para as políticas sociais no novo contexto econômico e político
6. As finanças públicas no fim do ciclo de alta dos preços dos produtos primário
7. Desindustrialização e reprimarização: natureza, desafios
8. Os processos de integração regional no novo contexto

Caminhos para a integração social no MERCOSUL no contexto do regionalismo do século XXI

Juliane Caravieri Martins Gamba

Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro Doutora pelo PROLAM/USP

Doutora em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie

julianecaravieri@gmail.com e jcaravieri@usp.br

Resumo: O Mercado Comum do Sul - MERCOSUL assumiu desde sua criação, em 26/03/1991, a condição de aliança comercial com vistas a dinamizar a economia regional, tendo o desafio de sua conversão, em longo prazo, em mercado comum com a implantação da livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais. Em fins do século XX, ganhou impulso na América Latina

o regionalismo pós-liberal a partir da V Cúpula das Américas ocorrida em Cartagena, na Colômbia (2012), buscando a inclusão de questões sociais na agenda da integração regional. Sob a influência deste modelo, bem como de anseios populares em prol de uma cidadania mais inclusiva e participativa, o MERCOSUL está buscando ampliar sua agenda de integração a fim de incluir dimensões sociais, estruturais etc., destacando-se a criação do Fundo de Convergência Estrutural – FOCEM (2005), do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (2009); do Instituto Social do MERCOSUL (2007); do Parlamento do MERCOSUL - PARLASUL (2005) etc. Entretanto, a ascensão de governos mais alinhados à direita nos Estados-Partes do bloco - eleições presidenciais de Horacio Cartes no Paraguai (2013) e de Mauricio Macri na Argentina (2015) e a vitória da oposição ao chavismo nas eleições para o Poder Legislativo na Venezuela (2015) - pode alterar os impactos do regionalismo pós liberal para a região. Ademais, tem-se a crescente crise econômica que assola o Brasil, a Argentina e a Venezuela, alimentada também pela queda nos preços das commodities no mercado internacional, impactando negativamente no desenvolvimento econômico e social dos Estados-Partes do MERCOSUL e do próprio bloco. Nesse contexto, é preciso verificar se as ações já realizadas no MERCOSUL são pontuais ou se encontram articuladas no contexto do regionalismo pós-liberal rumo à consolidação de uma política social mais global.

Palavras-chave: regionalismo pós-liberal; MERCOSUL; integração social.

Reprimarização da economia Latinoamericana: o discurso dos investimentos em infraestrutura de transporte como projeto modernizador e desenvolvimentista.

Paulo Vinícius Menezes de Medeiros

Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as América da Universidade de Brasília

(CEPPAC/UnB) – Doutorado

pvmmedeiros.unb@gmail.com

Nos últimos anos, percebemos um aumento do processo de dependência dos países periféricos latino-americanos em relação aos países centrais, sobretudo por sua estrutura na balança de pagamentos cujo modelo agroexportador daqueles vem crescendo vertiginosamente e estreitando a relação de subordinação entre periferia e centro. Por detrás desse processo, estão vários planos de integração física e econômica para os países latino-americanos na tentativa de, supostamente, buscar um caminho ou um salto para o desenvolvimento, não obstante, os projetos e propostas de financiamento, como também os ditames desses diversos planos de

investimento em infraestrutura parecem possuir regras implícitas em sua base, pois aparecem a figura do capitalista e do capitalismo que têm em sua lógica a "saída da crise" através da exploração do trabalho, degradação e saque das riquezas naturais e opressão dos povos dos países periféricos. Neste sentido, o trabalho busca investigar, a partir de uma análise comparativa entre dois planos de integração e investimento em infraestrutura na América Latina e suas confluências (a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana e o Plano Mesoamérica), sobretudo em transportes, com a criação de corredores de exportação e os efeitos projetados sob da lógica da expansão do capital e a influência de instituições financeiras internacionais, de multinacionais e oligarquias nacionais, tendendo-se a um processo de reprimarização das economias periféricas da América Latina. Concomitantemente, busca-se construir o marco histórico e cronológico das políticas de segurança e integração regional para a América Latina. O movimento deste efeito nos leva a interpretar que os investimentos por ora propostos e realizados, não comprovam o dinamismo prometido, tampouco contribuíram como motor de crescimento para superar os gargalos da débil infraestrutura. Ademais, observa-se um crescimento vertiginoso das lutas sociais pela terra e recursos das comunidades tradicionais e dos povos latino-americanos.

Aliança do Pacífico: proposta e desafios na inserção internacional da América Latina

Alessandra Cavalcante de Oliveira

Mestre e doutora pelo PROLAM-USP

Resumo: América Latina encontra-se diante de um novo contexto econômico internacional que se apresenta menos favorável que a década anterior. Este cenário é motivado pela desaceleração da China, a queda do preço dos produtos primários e a formação de acordos comerciais megarregionais. Tais fatores têm levado a uma nova configuração dos esquemas de integração da região. Observa-se que na medida em que os projetos de centro-esquerda têm se enfraquecido, novas iniciativas com enfoque de inserção mais liberal vêm ganhando destaque. É neste contexto que surge a Aliança do Pacífico. O bloco visa promover uma maior diversificação de sua produção a partir do incentivo à integração produtiva, além de aumentar os vínculos com a Ásia-Pacífico. A partir da compreensão dos principais objetivos da iniciativa, este artigo busca discutir o papel do bloco em promover uma maior integração regional e em qual medida sua consolidação poderia contribuir para uma melhor inserção internacional da América Latina. Para tanto são analisados os principais aspectos da sua proposta de integração, limitações e os desafios a serem superados a partir do atual cenário econômico e político vivido

pela América Latina. A análise do atual cenário da América Latina permite constatar que a Aliança do Pacífico vem ganhando espaço na medida em que outros blocos da região enfraquecem. Se no momento de sua criação, o debate sobre a possibilidade de o bloco promover uma maior fragmentação regional era bastante intenso, observa-se que em anos recentes já se vislumbram o caminho de uma convergência com outras iniciativas. Entretanto, os obstáculos existentes dificultam o êxito do projeto em proporcionar uma melhor inserção da América Latina uma vez que é necessário promover políticas com resultados alcançados somente a longo prazo.

Palavras-chave: Aliança do Pacífico, Integração Econômica Regional, Integração Produtiva

O fórum China-CELAC frente a tese do novo *bandung*

Gustavo Erler Pedrozo
PPGCS UNESP-Marília
gu_pedrozo@yahoo.com.br
Financiamento CAPES

Ao formular seu Novo Conceito de Segurança, a China vinculou diretamente a ideia de segurança à garantia das condições para seu desenvolvimento econômico. Diante da grande acumulação de capital via superávit em transações correntes e necessidades cada vez maiores de matérias-primas, abertura de novos mercados e influência política para estabelecimento de um mundo multipolar, a China lançou-se em um movimento de internacionalização de sua economia. Como estratégia de aproximação com o "mundo em desenvolvimento" os chineses resgataram o discurso do "Espírito de Bandung", em contraposição à tese de uma renovação da dependência ao estilo Norte-Sul. Partindo de uma relação estritamente comercial, os chineses passaram a fornecer capital na forma de investimento estrangeiro direto, financiamentos diversos e programas de ajuda internacional. Quando se toma a América Latina em conjunto, as aproximações mais assertivas por parte da China ocorreram após 2008, depois da publicação de um Livro Branco para a região. A proposta deste trabalho é analisar, sob a luz da Cooperação Sul-Sul (CSS), o Fórum China-CELAC, considerado o mecanismo institucional mais avançado nas relações entre China e América Latina. Para isso buscar-se-á: contextualizar a ascensão chinesa e suas implicações para o mundo em desenvolvimento; discutir os aspectos institucionais da ajuda externa chinesa, bem como os padrões de investimento e financiamento direcionado ao sul global; por fim, à luz das expectativas da CSS e da tese do Novo Bandung

de Giovanni Arrighi, analisar as relações que se produziram a partir do Fórum China-CELAC. Trabalha-se com a hipótese de que a China é um vetor importante de transformações do sistema internacional e pode influenciar de maneira significativa os rumos do desenvolvimento latino-americano. Contudo, o mecanismo institucional do Fórum China-CELAC é limitado e restringe o poder de barganha da região latino-americana, demasiadamente heterogênea em si e nas relações com a China para negociar em conjunto.

Palavras-chave: China; CELAC; Cooperação Sul-Sul

Lulismo e evismo: um balanço parcial

Diego Pereira de Siqueira
Doutorando pelo Prolam da USP
diegofolkmetal@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar os fenômenos do lulismo no Brasil e do evismo na Bolívia, entendidos como projetos de conciliação de classe, baseados no resgate do papel do Estado como agente econômico e promotor da diminuição da pobreza e desigualdade por meio do tripé obras de infraestrutura, expansão do mercado interno e políticas de distribuição de renda. Adicionalmente, defendemos que a chave para o sucesso desses dois regimes se deve ao fato de que puderam criar a estabilidade social necessária ao aprofundamento do novo padrão exportador de especialização produtiva que começou a tomar forma na América Latina a partir dos anos 1990, de importância crucial para a modalidade de integração regional que vem sendo posta em prática nas últimas duas décadas. Tendo como principal referencial teórico os parâmetros da Teoria Marxista da Dependência (TMD), abordaremos o lulismo e o evismo em suas dimensões econômica e política. No plano econômico, levantaremos informações relativas aos setores dinamizadores do processo de integração regional e seus reflexos no aparelho estatal. A análise do papel dos Estados brasileiro e boliviano em áreas como financiamento e investimento e gastos sociais tem por objetivo entender o papel de ambos na promoção e fortalecimento do atual padrão de reprodução do capital. Por fim, pretendemos realizar um balanço parcial desses governos e suas chances de continuidade, à medida que a desaceleração econômica e a diminuição da demanda chinesa por matérias primas colocam em risco o pacto social que haviam logrado nos anos recentes.